

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

INFORMAÇÕES SOBRE UHE QUEIMADO
 • Localização: localizada no Rio Preto entre os Municípios de Unai - MG, Cabeceira Grande - MG, Cristalina - GO e Paranaó - DF;
 • Valor do empreendimento em (R\$ Mil): 228.494 (preço auditado dez/2006);
 • Início da operação comercial: abril de 2004;
 • Potência instalada: 105 MW;
 • Energia assegurada: 508.080 MWh/ano;
 • Consorciadas: CEB Participações S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.;
 • Participação da CEB Participações no empreendimento: 17,5%.

Participações
Corumbá Concessões S.A.
 A CEBPar aumentou seu percentual em 0,22%, passando de 2,12% para 2,34% das ações da Empresa geradora Corumbá Concessões S.A., que tem como empreendimento associado à UHE Corumbá IV.

INFORMAÇÕES SOBRE CORUMBA IV:
 • Localização: Rio Corumbá, no Município de Luziânia - GO;
 • Valor aproximado do empreendimento em (R\$ Mil): 790.000;
 • Início da operação comercial: abril de 2006;
 • Potência instalada: 127 MW;
 • Energia assegurada: 665.760 MWh/ano

• Consorciadas: Serveng, Terracap, Caesb, CEB, CEBPar, C&M e FIP Capital Telecom
 Além dos investimentos na área de geração energia elétrica, a CEB Participações S.A. possui ações da Capital Telecom. Esta empresa foi criada com o propósito específico de atuar no setor de telecomunicações e teve como premissa básica a utilização da infraestrutura de distribuição de energia da então Companhia Energética de Brasília. Entretanto, o processo de desverticalização do setor elétrico, em 2006, impediu essa prática, não sendo mais possível que empresas coligadas pudessem compartilhar recursos umas das outras. Diante desse novo quadro, em 2007, a CEBPar decidiu extinguir a Capital Telecom e contratou empresa especializada para desenvolver todas as atividades de preparação de documentação e de atuação junto aos órgãos pertinentes com este fim. O processo de encerramento da Capital Telecom encontra-se atualmente em fase final de execução. Recentemente, houve encaminhamento da solicitação de extinção perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro, sendo provável que em 2013 o processo esteja concluído.

FIP - Fundo de Investimentos em Participações em Corumbá
 A CEBPar participa com 5% do Fundo de Investimento em Participação - FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:
 - O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da Companhia Corumbá Concessões S.A.
 - Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
 - O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
 - Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações, com uma obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

Na 2ª AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2012, foi formalizada a opção de compra da totalidade das ações preferenciais nominativas da classe "B" da Companhia (Corumbá Concessões), mediante os resgates das ações preferenciais nominativas da classe "B". De acordo com o Capítulo III do instrumento Particular de Opção de compra de Ações e Avenças celebrado em 29 de abril de 2005, Corumbá aprovou por unanimidade o resgate de todas as ações preferenciais classe "B" num de total de 12.666.666 ações.

Comercialização de Energia Elétrica
Leilões de Energia Elétrica
 Toda a energia produzida na Usina é comercializada no ambiente regulado da CCEE por meio de leilão de energia, onde as partes comercializam seu percentagem de participação.
 A CEB Participações participou do 1º Leilão para Contratação das Concessões e Autorizações para Produção de Energia Elétrica e para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, com período de fornecimento compreendido entre 2008 e 2037.

	MW Médios	Preço Médio (R\$/mWh)
1º Semestre 2012	7.063,707	144,67
2º Semestre 2012	7.380,810	125,33

A CEB Par celebrou ainda, dentro do ambiente regulado, na forma bilateral de longo prazo, com a Delta Comercializadora de Energia Ltda., contrato de compra e venda de energia com o período de fornecimento de energia entre 01 e 31/12/2012.

7 - DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO
Adoção das normas internacionais de contabilidade
 Os resultados apresentados em 2012 pela CEB Participações estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ("IFRS"). Os impactos decorrentes dessas adoções cujo principal item é a nova forma de avaliação da participação de CEB Par em Corumbá Concessões, que antes era pelo custo de aquisição e em 2012 passa a ser pelo MEP - Método de Equivalência Patrimonial estarão melhores detalhados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

Lucro do período
 A CEB Participações apresentou no exercício 2012 um lucro líquido de R\$ 1.488.000,00 em comparação ao prejuízo de R\$ -2.288.000,00 cresceu 1%.
 Receita Operacional

	31.12.2012	31.12.2011
Receita bruta de venda e serviço		
Venda de energia elétrica	13.793	12.993
Prestação de serviço	616	424
14.409	13.417	

Deduções da receita operacional
 PIS (98) (87)
 COFINS (452) (403)
 ISS (31) (21)
 P&D (23) -
(604) (511)

Receita operacional líquida 13.805 12.906
Receita com Suprimento de Energia
 A Receita de suprimento de energia correspondeu a R\$ 13.793 milhões em 2012 comparados a R\$ 12.993 milhões em 2011, um aumento de 4,76%.
 A quantidade de energia vendida a outras concessionárias teve um pequeno aumento de 0,26% se compararmos os 86.896 MWh de 2012 aos 86.667 MWh de 2011.

Impostos incidentes sobre a Receita Operacional
 Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$ 550 mil e em 2012 contra R\$ 510 mil em 2011, correspondente a um ligeiro aumento de 7,25%.

Gastos Operacionais (excluindo resultado financeiro)
 Os gastos operacionais representaram em 2012 R\$ 6.992 milhões comparados a R\$ 7.433 milhões com uma redução de 6,31%. Essa redução deve-se por em 2011 ter havido uma despesa extraordinária de R\$ 1.265 milhões referente à perda pelo valor recuperável consequência da adequação ao IFRS, que para 2012 não foi mais necessária.

Receitas (Despesas) Financeiras
 Em 2012 a Receita Financeira em decorrência das aplicações no BRB e BRADESCO foram de R\$ 2.248 milhões comparados ao R\$ 1.701 milhões, um aumento de 24,26%. Esse aumento deve-se principalmente pela nova prática adotada pelo financeiro de aproximar todos os pagamentos para datas de entrada de recursos, diluindo as baixas da aplicação financeira possibilitando um maior tempo de rendimento. Com diminuição dos gastos operacionais foi possível aplicar um maior numerário em aplicações com rendimento excelente.

Imposto de Renda e Contribuição Social
 A CEB Participações apurou em 2012 despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 1.107 milhões contra R\$ 994.376 mil em 2011, um aumento de 5,63% que as dá pelo aumento real da receita anual.

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 A CEB Participações S.A. - CEBPar submeteu a V.S.as o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
 A CEBPar buscou, ao longo do ano de 2012, focar nas diretrizes estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal e desenvolver ações balizadas no planejamento estratégico da CEB. Atuou de forma a cumprir os seus compromissos de execução orçamentária em 2011, visto que suas receitas são em sua totalidade originárias de recursos próprios.

Em 2012, as despesas referentes a Encargos com o Sistema de Energia Elétrica da CEB Participações, no âmbito de dispêndio, incluíram encargos setoriais, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, taxas de fiscalização e contribuição de energia da ANEEL, CCEE e O.N.S. Além destes, o programa inclui também gastos de liquidação no mercado de curto prazo de energia elétrica, repasse de dividendos ao acionista da CEBPar - Companhia Energética de Brasília/CEB - e o custo de uso do sistema de Distribuição de energia - CUSD.
 A receita da CEB Participações é proveniente, em sua maior parte, da venda de energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Queimado e complementada por aplicações financeiras, contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros e recebimento de dividendos de seus empreendimentos.
 No que diz respeito à geração de receita, o ano de 2012 foi marcado pela continuidade dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. No total, são 28 contratos de venda de energia provenientes da participação da CEBPar em leilão público de energia.

Vale ressaltar a renovação do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros com o Consórcio CEMIG-CEB, do qual a CEBPar é também consorciada, devendo ser destacada sua importância para realização dos serviços da melhor forma possível com transparência e ética.
 Ademais, o ano de 2012 foi um ano de correção de diversas ações e procedimentos internos com adequação de novas condutas e alteração do quadro da empresa, sendo estabelecidas novas metas de trabalho, organização de arquivos e padronização de documentos.
 Com relação à estrutura em si, foram comprados novos equipamentos de informática, aquisição de servidor para centralizar todas as informações e documentos da empresa, realização de novos procedimentos licitatórios para enquadramento da empresa às normas vigentes, além de nova sistemática de trabalho.

Outrossim, cabe destacar o importante papel que a CEBPar representa no mercado de energia elétrica, pois é uma empresa que está em crescimento e desenvolvendo estudos de novas fontes de energia, no intuito de expandir sua venda de energia. Paralelamente, planeja melhorias e investimento em novos negócios, sempre no sentido de prestar serviços de qualidade e, por conseguinte, maior confiabilidade. Pode-se concluir que o primeiro ano de gestão da nova Diretoria foi muito produtivo com a correção de rumo e saneamento de vários procedimentos que ensejaram uma melhor aplicação de recursos, uma economia considerável de despesas, uma equipe de trabalho mínima, multitarefa e coesa que contribuiu para o resultado positivo no exercício.

Há, portanto, um ambiente promissor para a concretização das estratégias de crescimento da empresa, ancoradas nos princípios da transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

2 - A ECONOMIA BRASILEIRA E O REFLEXO DO CONTEXTO ECONÔMICO NA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

Os contratos de comercialização de energia da CEBPar, celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR por meio de leilões públicos, têm suas tarifas corrigidas pelo IPCA.

A regra de comercialização estabelece que cada contrato seja reajustado na data do aniversário tarifário da distribuidora compradora de acordo com o IPCA acumulado nos últimos 12 meses. Assim, o reajuste absoluto varia para cada contrato.

O IPCA é o índice oficial utilizado pelo Banco Central para cumprir o regime de metas de inflação, determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

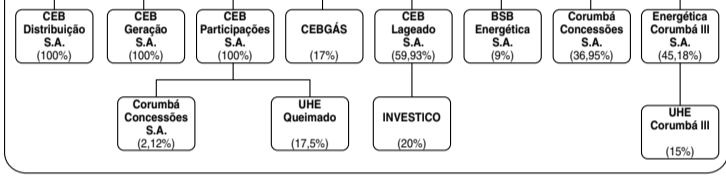
A inflação no país é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que fechou 2012 com uma taxa acumulada de 5,84%, sofrendo pequena retração se comparado a 2011 (6,5%), contudo, o indicador ficou dentro da meta estipulada pelo Banco Central (BC) para o ano de 2012.

Já o Índice Geral de Preços - Mercados (IGP-M) encerrou 2012 com variação de 7,81%, registrando retração se comparado a 2011, onde a variação foi de 11,32% e anos anteriores que tiveram médias oscilando entre 7 e 9%. A menor leitura do IGP-M havia sido em 2005 quando o índice registrou variação de 1,21%.

Enquanto os contratos firmados em ACR são corrigidos pelo IPCA, os contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre - ACL são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

3 - A CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. - CEBPar, criada de acordo com a Lei Distrital nº. 1.788, de 27/11/1997-GDF, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei nº. 6.404/76, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, com a atividade operacional de compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados. Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006, por meio do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração, com a renovação das respectivas concessões e reestruturação societária da Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº. 318, de 14 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, passando a deter a participação de 17,5% no Consórcio CEB/CEMIG, relativo à Usina de Queimado e ficando responsável pela comercialização da energia elétrica produzida pela referida usina no montante de sua cota-parte.



4 - ATUAÇÃO GEOGRÁFICA

A CEB Par atua essencialmente gerando energia no sudeste do Estado de Minas Gerais onde fica localizada a Usina de UHE Queimado. Essa energia é vendida para todas as regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações não possui Conselho de Administração próprio, mas possui uma Diretoria Colegiada que realiza todas as tomadas de decisão e Conselho Fiscal. Em 2012 foram realizadas 22 reuniões para deliberação de assuntos diversos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente composto por membros indicados pela Diretoria Colegiada e atendem aos requisitos de independência, conforme as práticas internacionais. Em 2012, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe atualmente uma estrutura formada por um dos Diretores da CEB Participações que compõe o Conselho Deliberativo do Consórcio CEMIG-CEB para operação, manutenção e administração da Usina de UHE Queimado. As reuniões do Conselho Deliberativo do Consórcio CEMIG-CEB tratam de assuntos do empreendimento, para deliberação de diversas demandas de interesse do negócio em conjunto com a CEMIG Geração e Transmissão, outra consorciada da Usina Hidrelétrica de Queimado.

6 - NOSSOS NEGÓCIOS

Inicialmente, a Companhia Energética de Brasília - CEB detinha 35% das cotas de participação do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado (construção da Usina de Queimado). Em 2001, a CEB transferiu 17,5% de sua cota parte de titularidade para CEMIG, detendo apenas o montante restante de 17,5% de participação no negócio UHE Queimado denominado Consórcio CEMIG-CEB, utilizando-se dessa cota parte para produção de energia e comercialização no mercado regulado.

A CEB Participações foi criada com vocação natural para prospeção em negócios de energia e demais negócios. Em 2007, a CEBPar assumiu, por força da desverticalização, a cota parte de 17,5% do negócio de UHE Queimado antes pertencente à Companhia Energética de Brasília, em razão da determinação do órgão regulador ANEEL.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011	
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.632	5.804	
Concessionários e permissionários	5	1.604	1.488	
Impostos a recuperar	6	3	32	
Devedores Diversos		15	-	
Coligada e Controladas	7	89	2	
Outros créditos		22	8	
Fundo de Investimento	8	9.805	-	
		25.170	7.332	
Ativo Não circulante				
Realizável a Longo Prazo	8	-	8.758	
Fundo de investimento		-	7.971	
Investimentos	9	5.264	7.971	
Imobilizado	10	20.465	21.187	
Intangível	11	1.495	1.495	
		27.224	39.411	
Total do ativo		52.394	46.743	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	41.270	4.110	(4.497)	6.033	-	46.916
Dividendos aprovados AGO 28/04/11	-	-	-	(6.033)	-	(6.033)
Lucro do Exercício	-	-	6.179	-	-	6.179
Constituição de reserva legal	-	309	(309)	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	661	(661)	-	-	-
Dividendos	-	-	(712)	-	-	(712)
Antecipações de Dividendos	-	-	(2.287)	-	-	(2.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	41.270	5.080	(2.287)	-	-	44.063
Lucro do Exercício	-	-	4.542	-	-	4.542
Constituição de reserva legal	-	113	(113)	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	653	(653)	-	-	-
Dividendos	-	-	(744)	-	-	(744)
Dividendos a Disposição da AGO	-	-	(744)	744	-	-
Ganho de Variação de Perc. de Participação	-	-	-	497	-	497
Saldos em 31 de dezembro de 2012	41.270	5.846	-	744	497	48.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
1 - Receitas				
Venda de energia elétrica	13.793	12.993		
Prestação de serviços	616	424		
14.409	13.417			
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	2.953	3.374		
Material	12	75		
Taxa de Fiscalização ANEEL	38	35		
Câmara de Com. De Energia Elétrica	622	155		
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	965	555		
Utilização do Bem Público	-	90		
Recursos Hídricos	468	488		
Outros custos operacionais	129	1.354		
5.187	6.126			
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	9.222	7.291		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1 - Contexto operacional				
A CEB Participações S.A. - CEBPar é uma sociedade anônima de capital fechado cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB (companhia aberta), regida pela Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores.				
A CEBPar, foi constituída em 26 de janeiro de 2000, tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. De acordo com a cláusula terceira, primeira subsidiária ao segundo termo do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL - "... A energia produzida pelas concessionárias destina-se à utilização sob o regime de produção independente na proporção da participação de cada uma na formação do consórcio CEMIG-CEB...". desta forma a CEB Participações comercializa a energia produzida na sua cota parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia (2008-2037).				
AM 579/2012 convertida na Lei 12.783/2013, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. A CEB Participações a CEMIG GT são cotistas no Consórcio CEMIG-CEB, que é o detentor da concessão. Essa concessão tem validade até 2035, sendo desobrigados o Consórcio CEMIG-CEB e suas cotistas (CEMIG e CEB) a aderirem a tal medida.				
2 - Resumo das principais práticas contábeis				
2.1 - Base de apresentação				
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações				

financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão das presentes Demonstrações Financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo da análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários.

Política de Pagamento de dividendos
 A CEB Participações por meio de seu Estatuto Social assume como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília compromisso de distribuir 100% de seus dividendos a critério da Diretoria Colegiada, na Assembleia Geral Ordinária que acontece em abril de cada ano.

Lucro Líquido	5.442
(-) Prejuízo Acumulados	(2.288)
Lucro Líquido após Compensação de Prejuízos Acumulados	2.254
Percentual Obrigatório - Reserva Legal	5%
(-) Reserva Legal	(113)
(-) Reserva de Lucros a Realizar	(653)
Lucro Líquido Ajustado - Lei 6.404/76 Art. 202	1.488

Destinações:
Dividendos Mínimos (50% do Lucro Líquido Ajustado) 744
Dividendos Adicionais Propostos 744

Prósta de Destinação dos Lucros
 A Administração irá propor a Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2013 que, ao lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.254 milhões seja data a seguinte destinação:
 R\$ 1.488 milhões para pagamento de dividendos;
 R\$ 113 mil para constituição de Reserva Legal;
 R\$ 653 mil para constituição de Reserva de Lucros a realizar

Relacionamentos com os Auditores Independentes
 A CEB Participações adota um sistema de rodízio dos Auditores Independentes, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis estão sendo auditadas pela UHY Moreira Auditores.

9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes nos negócios corporativos da CEB Participações são dimensionados a partir dos itens abaixo listados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados pelo custo amortizado, que são os mesmo citados abaixo.
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e a outros.

2.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Representadas pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras.

2.4 - Concessionários e permissionários

Referem-se aos direitos a receber que apresentam saldos de venda de energia elétrica faturada aos concessionários de energia elétrica. São considerados ativos financeiros classificados como amortizáveis e recebíveis.

2.5 - Impostos a recuperar

Representados pelo saldo de créditos de tributos com características de recuperação ou compensação com tributos a recolher.

2.6 - Partes relacionadas

Está constituída pelas operações comerciais de compra e venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A. adiantamento de dividendos a CEB Energética de Brasília - CEB Holding, Investimentos de natureza permanente em Corumbá Concessões S.A., vales a receber referente à prestação de serviços administrativos e financeiros realizados para o Consórcio CEMIG-CEB, e de valor a pagar referente à pessoa requisitado e valores referentes aos repasses de valores de acordo com sua cota parte, dentre outros.

2.7 - Investimentos

As participações societárias permanentes são avaliadas e registradas pelo método de equivalência patrimonial.

2.8 - Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada e calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos bens do ativo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, e constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.9 - Intangível

Compreende a concessão para Utilização do Bem Público, que será amortizado durante todo o período da concessão (35 anos).

2.10 - Impostos, taxas e contribuições.

A empresa é optante pelo lucro presumido. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% com parcela de 8% sobre a receita bruta, acrescido de 10% nos termos da legislação em vigor. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% com parcela de 12%, sobre a receita bruta.

2.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

O regime contábil adotado pela Companhia para o registro de suas operações e apuração do seu resultado é o de competência, sendo os bens e os direitos demonstrados pelos valores de custo ou realização e as obrigações por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, até a data do balanço.

2.12 - Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor (es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB Holding incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais o grupo tenha incorrido participação nas receitas que auferem da operação conjunta (Nota (9.b)).

2.13 - Reconhecimento da receita e despesas.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Atualmente as principais receitas da Companhia são as decorrentes da venda de energia e prestação de serviço.

A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica.

A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.
A CEB Participações S.A. avaliou os eventos subsequentes até 27/02/2013, que é a data da aprovação pela Diretoria das demonstrações contábeis.

2.14 - Informações por Segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de comercialização de energia.

2.15 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CEB Participações S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3 - Efeitos dos pronunciamentos técnicos adotados a partir de 2011

A Companhia adotou os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, descritos a seguir:
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 16 (R2) - Investimento em Coligada e Controlada - pela Deliberação CVM nº 692, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, adotado em 2011, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010. A norma define como ativo não circulante imobilizado bens mantidos para uso na produção ou fornecimentos de mercadorias e ou serviços.

4 - Caixa e equivalente de caixa

O saldo dessa conta, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa e conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, pode ser assim demonstrado:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	1	2
Banco conta movimento	5	407
Aplicações financeiras	13.626	5.395
	13.632	5.804

5 - Concessionários e permissionários

	31/12/2012	31/12/2011
CPFL Paulista	174	188
Celesc	274	265
Eletropaulo	120	106
Delta Comercializadora	110	105
Diversas concessionárias	926	824
	1.604	1.488

6 - Impostos a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
INSS	-	1
PIS	-	3
COFINS	-	3
IRPJ	-	3
CSLL	3	1
IRRF s/Aplic. Financeiras	-	23
ICMS	-	-
	3	32

7 - Coligadas e Controladas

	31/12/2012	31/12/2011
Consórcio CEMIG-CEB	89	-
Refere-se ao valor do serviço prestado pela CEB Participações contratada pelo Consórcio CEMIG-CEB para execução dos serviços administrativos.	-	-

8 - Fundo de investimento

	31/12/2012	31/12/2011
Fundo de Investimento em Participação Corumbá - FIP	9.805	8.758
Circulante	9.805	-
Não Circulante	-	8.758
A CEBPar participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação - FIP Corumbá Concessões S.A., o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:		
• O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;		
• Seu prazo de duração inicial foi de 15 anos, portanto, o resgate se daria a partir de 2019;		
• O objetivo do fundo foi remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;		
• Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + Juros de 8,5% a.a. e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações ano, com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.		
• Em 17/10/2012, os acionistas da companhia Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Extraordinária e decidiram exercer a opção de compra da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude desta opção a CEB Participações S.A. realizará o resgate de 94% das posições dos valores aplicados no fundo para a parcial quitação da sua cota parte nesta operação, uma vez que 6% permanecerá para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo.		

Investimento Avaliados Pelo MEP

	Capital Social Integrado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB Part. S.A.	31/12/2012 Valor Contábil	31/12/2011 Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A.	218.966	224.377	2,35%	2,72%	13.285.000	5.264	7.971

Movimentação do Investimento

	31/12/2011	Dividendos	Transferência do Método de Custo para MEP	Equivalência Patrimonial	Ganho na Variação de Percentual	31/12/2012	31/12/2011
Investidas							
Corumbá Concessões S.A.	7.971	(11)	(3.314)	121	497	5.264	7.971

b) Operações Controladas em Conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com a CEMIG S.A no Consórcio UHE Queimados e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	353	1.212
Outros Créditos	5.547	5.886
Imobilizado/Intangível	125.047	129.058
	130.948	136.156
Fornecedores	6.267	6.257
Tributos e Contribuições Sociais	120	468
Outras Obrigações	7.470	8.799
Patrimônio Líquido	117.091	120.632
	130.948	136.156

10 - Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/2012	Depreciações Acumuladas em 31/12/2012	Imobilizado Líquido em 31/12/2012	Imobilizado Líquido em 31/12/2011
Imobilizado em Serviço - GERAÇÃO		23.211	(5.106)	18.105	18.713
Terrenos	-	949	-	949	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2 e 4	10.624	(1.965)	8.659	8.889
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoras	2 e 4	5.217	(1.442)	3.775	3.942
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	6.405	(1.692)	4.713	4.923
Móveis e utensílios	6 e 10	16	(7)	9	10
		3.080	(795)	2.285	2.376
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoras	2 e 4	121	(42)	79	84
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	2.959	(753)	2.206	2.292
		158	(83)	75	97
Imobilizado em Serviço - ADMINISTRAÇÃO					
Máquinas e Equipamentos	16,67	52	(19)	33	46
Veículos	14,25	57	(48)	9	12
Móveis e utensílios	6,25	49	(16)	33	39
		26.449	(5.984)	20.465	21.186

Descrição	Taxa de Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2011	Aquisições em 2012	Ajustes e Transferências em 2012	Depreciação em 2012	Imobilizado Líquido em 31/12/2012
Imobilizado em Serviço - GERAÇÃO		18.713	-	-	(608)	18.105
Terrenos	-	949	-	-	-	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2 e 4	8.889	-	-	(231)	8.659
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoras	2 e 4	3.942	-	-	(167)	3.775
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	4.923	-	-	(209)	4.713
Móveis e utensílios	6 e 10	10	-	-	(1)	9
		2.376	-	-	(92)	2.285
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitoras	2 e 4	84	-	-	(5)	79
Máquinas e Equipamentos	3 e 10	2.292	-	-	(87)	2.206
		97	-	-	(21)	75
Imobilizado em Serviço - ADMINISTRAÇÃO						
Máquinas e Equipamentos	16,67	46	-	-	(12)	33
Veículos	14,25	12	-	-	(3)	9
Móveis e utensílios	6,25	39	-	-	(6)	33
		21.186	-	-	(721)	20.465

Em atendimento ao NBC TG 27 que trata do Ativo Imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante imobilizado os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB UHE Queimado, anteriormente classificados como ativo não circulante investimento.

11 - Intangível

	31/12/2012	31/12/2011
Intangível - Usinas	1.480	1.480
Intangível - Transmissão	15	15
	1.495	1.495

12 - Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Diversos	428	458

13 - Impostos e contribuições sociais

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
ISS	4	7
IRPJ	116	112
Retenções Pis, Cofins, CSLL	3	3
IRRF	18	7
FGTS	-	3
CSLL	60	55
PIS	8	9
COFINS	38	40
INSS	25	23
IPI	-	-
	272	259

Não circulante

IRPJ	1.427	1.165
CSLL	522	428
COFINS	174	143
PIS	38	31
	2.161	1.767
	2.432	2.026

14 - Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Capital social	41.270	41.270
Reserva legal	1.902	1.789
Reserva de lucros a realizar	3.944	3.291
(-) Lucros/Prejuízos acumulados	-	(2.287)
Ganho de Variação de Perc. de Participação	497	-
Dividendos a Disposição da AGO	744	-
	48.357	44.063

O Capital Social no valor de R\$ 41.270 mil pertence integralmente a Companhia Energética de Brasília - CEB, dividido em 41.270.415 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 5º do seu Estatuto Social.

Lucro Líquido

(-) Prejuízo Acumulados	4.542
Lucro Líquido após Compensação de Prejuízos Acumulados	2.254
Percentual Obrigatório - Reserva Legal	5%
(-) Reserva Legal	(113)
(-) Reserva de Lucros a Realizar	(653)
Lucro Líquido Ajustado - Lei 6.404/76 Art. 202	1.488

Destinações:

Dividendos Mínimos (50% do Lucro Líquido Ajustado)	744
Dividendos Adicionais Propostos	744

15 - Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é a seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
Receita bruta de venda e serviço		